



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

DATA: 08/10/23

JORNAL: AMP

EDIÇÃO: 2407

LEI Nº 2.954/2021

Autoriza o Executivo Municipal a proceder a Concessão de Direito Real de Uso de um barracão industrial à empresa METALURGICA SANTA FÉ EIRELI, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar **Termo de Concessão de Direito Real de Uso** com a empresa METALURGICA SANTA FÉ EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.414.130/0002-07, com sede na Rua Poceдонio G. Bandeira nº 161, Bairro Entre Rios, Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

I – Descrição dos imóveis:

a) 01 Galpão de Alvenaria, com 375,00m², edificado no lote nº 15 da quadra nº 118, localizado na Rua Pixinguinha, Bairro Entre Rios, Município de Santo Antônio do Sudoeste – Pr.

II – Forma de aquisição pelo Município de Santo Antonio do Sudoeste: *Locação através do Processo de Dispensa de Licitação nº 0133/2021 e Contrato nº 438/2021, de propriedade de MOZAR VEICULOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 02.848.121/0001-13, estabelecida na Av. Ramalho Piva 224, Bairro Entre Rios neste Município.*

III – Finalidade: Ampliação da empresa no ramo de fabricação de esquadrias de meta e montagem de estruturas metálicas.

Parágrafo Único – A concessão objeto desta lei dar-se-á de forma gratuita, com encargos, na forma e nas condições assumidas no respectivo termo de concessão, aplicando-se no caso o disposto na Lei Municipal nº 1.593/2003, além das demais disposições legais pertinentes.

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata a presente Lei, fica condicionada à utilização do bem concedido exclusivamente para os fins e objetivos previstos no artigo anterior e no processo de dispensa de licitação nº 0133/2021, ficando estabelecido que o início das atividades nas instalações ora cedidas, será imediato após a assinatura do Termo de Concessão de que trata presente lei, sob pena da reversão da posse do respectivo imóvel à Municipalidade.

Art. 3º A Concessionária obriga-se, sob suas exclusivas expensas, a instalar, todos os equipamentos e maquinários necessários para o desenvolvimento/execução da atividade especificada no artigo 1º, inciso III.

Art. 4º Fica a Concessionária obrigada, durante o prazo de vigência da concessão:

- a) Manter sua capacidade produtiva ao fim constante no art. 1º, inciso III, o qual foi destinado o imóvel;
- b) Manter em seus quadros, no mínimo 3 (três) funcionários;
- c) Deverá zelar conservar pela preservação do patrimônio, bem como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que lhe sejam pertinentes e, sobremaneira, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.



MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ESTADO DO PARANÁ

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso, objeto desta lei é estabelecida a título gratuito e com prazo de vigência de 01 (um) ano, contados da publicação da presente Lei, renovável por igual período, a critério da oportunidade e conveniência do Executivo Municipal sem anuência da Câmara Municipal de Vereadores, e desde que, efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei, devendo o imóvel ser restituído à Municipalidade, ao final da vigência do respectivo Contrato.

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a Concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado e aceito pelo Poder Concedente.

Parágrafo Único – A rescisão e conseqüente, reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem, fica a Concessionária obrigada a ressarcir-lhe as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7º A Concessionária restará obrigada ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de uso, estipuladas na Lei Municipal nº 1.593/2003.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.593/2003, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como no que não contrarie com a previsão da Lei Complementar nº 101/2000, devendo ser ratificadas integralmente as condições acima definidas.

Art. 9º A presente concessão tem por base o manifesto interesse público na geração de emprego e renda, e também amparo nas disposições da Lei Municipal nº 1.593/2003, que dispõe sobre o incentivo à industrialização no âmbito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Art. 10º Revogadas as disposições em contrário. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Sudoeste-PR, 08 de Dezembro de 2021.

RICARDO ANTONIO ORTINA
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO
SUDOESTE

CONTABILIDADE
LEI Nº 2.954/2021

LEI Nº 2.954/2021

Autoriza o Executivo Municipal a proceder a
Concessão de Direito Real de Uso de um
barracão industrial à empresa METALURGICA
SANTA FE EIRELL, e da outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO
PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL,
SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar
Termo de Concessão de Direito Real de Uso com a empresa
METALURGICA SANTA FE EIRELL, pessoa jurídica de
direito privado, inscrita no CNPJ nº 36.414.130/0002-07, com
sede na Rua Poecdonio G. Bandeira nº 161, Bairro Entre Rios,
Município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

I – Descrição dos imóveis:

a) 01 Galpão de Alvenaria, com 375,00m², edificado no lote nº
15 da quadra nº 118, localizado na Rua Pixinguinha, Bairro
Entre Rios, Município de Santo Antônio do Sudoeste – Pr.

II – Forma de aquisição pelo Município de Santo Antonio do
Sudoeste: Locação através do Processo de Dispensa de
Licitação nº 0133/2021 e Contrato nº 438/2021, de propriedade
de MOZAR VEICULOS EIRELL, pessoa jurídica de direito
privado, inscrita no CNPJ nº 02.848.121/0001-13, estabelecida
na Av. Ramalho Piva 224, Bairro Entre Rios neste Município.

III – Finalidade: Ampliação da empresa no ramo de fabricação
de esquadrias de meta e montagem de estruturas metálicas.

Parágrafo Único – A concessão objeto desta lei dar-se-á de
forma gratuita, com encargos, na forma e nas condições
assumidas no respectivo termo de concessão, aplicando-se no
caso o disposto na Lei Municipal nº 1.593/2003, além das
demais disposições legais pertinentes.

Art. 2º A Concessão de Direito Real de Uso de que trata a
presente Lei, fica condicionada à utilização do bem concedido
exclusivamente para os fins e objetivos previstos no artigo
anterior e no processo de dispensa de licitação nº 0133/2021,
ficando estabelecido que o início das atividades nas instalações
ora cedidas, será imediato após a assinatura do Termo de
Concessão de que trata presente lei, sob pena da reversão da
posse do respectivo imóvel à Municipalidade.

Art. 3º A Concessionária obriga-se, sob sua exclusivas
expensas, a instalar, todos os equipamentos e maquinários
necessários para o desenvolvimento/ execução da atividade
especificada no artigo 1º, inciso III.

Art. 4º Fica a Concessionária obrigada, durante o prazo de
vigência da concessão:

- a) Manter sua capacidade produtiva ao fim constante no art. 1º,
inciso III, o qual foi destinado o imóvel;
- b) Manter em seus quadros, no mínimo 3 (três) funcionários;
- c) Deverá zelar conservar pela preservação do patrimônio, bem
como adimplir pontualmente as tarifas de energia elétrica e
água do imóvel e cumprir todas as determinações legais que lhe

sejam pertinentes e, sobretudo, as de natureza fiscal, tributária, administrativa, civil e ambiental.

Art. 5º A Concessão de Direito Real de Uso, objeto desta lei é estabelecida a título gratuito e com prazo de vigência de 01 (um) ano, contados da publicação da presente Lei, renovável por igual período, a critério da oportunidade e conveniência do Executivo Municipal sem anuência da Câmara Municipal de Vereadores, e desde que, efetivamente cumprida a integralidade dos encargos definidos nesta Lei, devendo o imóvel ser restituído à Municipalidade, ao final da vigência do respectivo Contrato.

Art. 6º A Concessão de Direito Real de Uso será revogada e o bem será reintegrado à posse da Municipalidade, com os acréscimos constantes do bem, sem qualquer direito a retenção ou indenização, na hipótese de a Concessionária deixar de exercer as atividades para as quais se propõe, em caso de inadimplemento total ou parcial das suas obrigações legais ou contratuais, e nas demais hipóteses previstas no instrumento de concessão ou na legislação pertinente, ressalvados os casos de caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado e aceito pelo Poder Concedente.

Parágrafo Único – A rescisão e conseqüente, reintegração da posse do imóvel a Municipalidade, nas hipóteses de que trata este artigo será imediata e se dará mediante simples notificação extrajudicial, sendo que nos casos em que o Município tenha que se valer de medida judicial, para promover a rescisão da concessão e/ou retomada do bem, fica a Concessionária obrigada a ressarcir-lhe as custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios, respectivos, sem prejuízo do ressarcimento dos demais danos verificados.

Art. 7º A Concessionária restará obrigada ao fiel cumprimento dos encargos e obrigações gerais relativos à concessão de uso, estipuladas na Lei Municipal nº 1.593/2003.

Art. 8º Os encargos e obrigações relativos à Concessão de Direito Real de Uso serão objeto de contrato, na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 1.593/2003, no que não for conflitante com o ora estabelecido, bem como no que não contrarie com a previsão da Lei Complementar nº 101/2000, devendo ser ratificadas integralmente as condições acima definidas.

Art. 9º A presente concessão tem por base o manifesto interesse público na geração de emprego e renda, e também amparo nas disposições da Lei Municipal nº 1.593/2003, que dispõe sobre o incentivo à industrialização no âmbito do Município de Santo Antonio do Sudoeste, Estado do Paraná.

Art. 10º Revogadas as disposições em contrário. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antônio do Sudoeste-PR, 08 de Dezembro de 2021.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Bandeira
Código Identificador: 7B00B6CA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/12/2021. Edição 2407

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>